

 PMMS	<p style="text-align: center;">LAVRATURA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO</p>	PROCESSO: 3.07	
		PADRÃO: 3.07.10	
		ESTABELECIDO 25/10/2019	EM:
<p>NOME DO PROCEDIMENTO: Registro de acidente de trânsito com vítima (lesão corporal) e com vítima fatal (óbito) com comunicação posterior.</p> <p>RESPONSÁVEL: Policial militar e partes envolvidas.</p>		REVISADO EM: 02/04/2020	
ATIVIDADES CRÍTICAS			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de conhecimento básico de informática. 2. Falta de preenchimento de dados obrigatórios exigidos pelo sistema. 3. Falta de acesso à internet e de equipamento eletrônico para registro e/ou a impressão do BOAT (BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO). 			
SEQUÊNCIA DE AÇÕES			
<p>Procedimento da Parte Envolvida:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar um documento de órgão oficial (SAMU, BM, HOSPITAL etc.) declarando que as lesões sofridas foram em decorrência de acidente de trânsito. 2. Tratando-se de vítima fatal, deverá apresentar a certidão ou atestado de óbito. 3. Relatar o fato em declaração específica (conforme modelo de procedimentos do formulário de preenchimento de registro de acidente de trânsito, imagem 9, declaração do condutor e/ou da testemunha). <p>Procedimento do Policial Militar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Consultar o sistema para verificar se não há registro do mesmo acidente em data pretérita. 2. Registrar a ocorrência na modalidade "Posterior", inserindo-a no SISBOAT (SISTEMA DE REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO). 3. Inserir a descrição do acidente conforme relato da declaração da parte envolvida (Ex. Compareceu espontaneamente, nesta OPM, o senhor(a)...declarando sob a pena da lei o seguinte fato: que...). 			

4. Anexar no SISBOAT uma cópia do(s) documento(s) oficial(ais) apresentado(s) pela parte envolvida.
5. Realizar a validação e a respectiva impressão do BOAT.
6. Existindo solicitação, das partes envolvidas, de alteração, complementação ou exclusão do texto original no BOAT, deverá o atendente entregar ao solicitante o requerimento de solicitação de alteração ou inclusão de dados, conforme modelo do procedimento do formulário de preenchimento de registro de acidente de trânsito, imagem 12. Deferido, confeccionar a certidão de alteração do BOAT, conforme modelo do procedimento supracitado, imagem 14, com os fatos novos.
7. Na impressão do BOAT deverão constar o prontuário e a declaração. Existindo ainda, deverão constar a certidão de alteração do BOAT, a certidão óbito, os requerimentos, as imagens e outros.
8. Lavrará um BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) criminal e encaminhará juntamente com o BOAT à autoridade policial se for constatado crime.
9. Nos crimes de ação pública condicionada e os de ação privada, orientar as partes a registrar o BO (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) em uma delegacia de Polícia Civil, (ver seção esclarecimentos, item 2). Não havendo tal representação, constar o desinteresse no BOAT.
- 10.

POSSIBILIDADES DE ERRO

1. Registrar outra modalidade de BOAT, diferente do procedimento em epígrafe.
2. Registrar no SISBOAT dados divergentes ou a ausência destes nos campos obrigatórios.
3. Registrar o BOAT sem a comprovação de documentos relativos ao atendimento.
4. Solicitar ou exigir qualquer valor para realizar a liberação do BOAT aos envolvidos

RESULTADOS ESPERADOS

1. Que as partes envolvidas retirem o BOAT para as devidas demandas ou necessidades.
2. Correta realização do preenchimento para gerar estatísticas confiáveis.
3. Registrar as informações da ocorrência de forma isenta e imparcial.

AÇÕES CORRETIVAS

1. Possuir antecipadamente login e senha para acessar o SISBOAT e registrar a ocorrência de acidente de trânsito.
2. Realizar o registro no SISBOAT conforme dados fornecidos pela parte envolvida no acidente de trânsito, preenchendo no mínimo os campos obrigatórios.

REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

1. NBR 10697 de junho de 1989 - Pesquisa de acidentes de trânsito.
2. NBR 12898 de novembro de 1993 - Relatório de Acidente de Trânsito.
3. Manual do Operador de Segurança Pública/Comissão Técnica, Resolução SEJUSP nº 453/2009 – Campo Grande – MS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado Mato Grosso do Sul – SEJUSP/MS.2009..
4. Lei estadual 1.810 de 22 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências.
5. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
6. Lei nº 1.888, de 23 de julho de 1998 - Dispõe sobre prestação de informações às vítimas e familiares de acidentes de trânsito, através do Boletim de Ocorrência.
7. Lei complementar estadual de nº 190 de 04 de abril de 2014.
8. Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 - Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.
9. Resolução do Contran nº 544, de 19 de agosto de 2015, Estabelece a classificação de danos decorrentes de acidentes, os procedimentos para a regularização, transferência e baixa dos veículos envolvidos.
10. Resolução do Contran nº 607, de 24 de maio de 2016, Estabelece o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito – RENAEST e dá outras providências.

ELABORADOR:

FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM.
WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM.
MARCOS BEZERRA DA SILVA – TEN QAOPM.
DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS – ST

APROVADO:

 Comandante-Geral da PMMS

QPPM. SANDRA APARECIDA DA SILVA ALMEIDA – 1º SGT QPPM. PAULO HENRIQUE DA SILVA LEITE - SD QPPM.	
REVISADO POR:	APROVADO:
FRANCO ALAN DA SILVA AMORIM – TC QOPM. WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO – CAP QOPM. IDACIO LOPES RIQUELME - TEN QOPM WALDOMIRO VARGAS JUNIOR- TEN QAOPM	<hr/> Waldir Ribeiro Acosta – Cel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 38837021
RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS:	DIFUSÃO:
	PUBLICO INTERNO
ESCLARECIMENTOS:	
1. O registro do BOAT com vítima (lesão corporal) e com vítima fatal (óbito) com comunicação posterior poderá ser realizado a qualquer tempo pelas partes envolvidas. 2. O crime previsto no art. 303 da lei 9.503 (CTB), lesão corporal culposa, é condicionada à representação das partes, não sendo necessário realizar o BO criminal, conforme previsão do art. 291 §1º da referida lei, exceto se o agente, ao cometer a lesão corporal, incidir em qualquer dos itens: I - sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência; II - participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente; ou III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).	

3. O registro e/ou impressão do BOAT “Posterior” ocorridos em rodovias estaduais poderá ser realizado pelas partes envolvidas somente em unidades da Polícia Militar Rodoviária.
4. O registro e/ou impressão do BOAT “Posterior” ocorridos em área urbana poderá ser realizado pelas partes envolvidas em qualquer unidade da Polícia Militar, desde que credenciada, excetuando a Polícia Militar Rodoviária.
5. Além das partes envolvidas no acidente, poderá registrar o BOAT o representante legal de posse de uma procuração.
6. Poderá o representante legal registrar o acidente de trânsito daqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem expressar sua vontade.
7. O registro posterior em caso de óbito poderá ser realizado pelo herdeiro ou representante legal.
8. Na impressão do BOAT, as partes são isentas da cobrança da DAEMS, conforme previsão legal da Lei estadual nº 1.888, de 23 de julho de 1998.
9. A entrega do BOAT ao solicitante deverá conter a assinatura do chefe/comandante ou pessoa autorizada, sendo a assinatura do atendente no canto inferior direito de cada página e do chefe/comandante/pessoa autorizada na última página “Assinatura Chefe”.



PMMS

LAVRATURA DO BOLETIM DE

PROCESSO: 3.07

Comando- Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul
PM-3/PMMS

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 1.203, Parque dos Poderes – Campo Grande/MS - CEP 79.037-100